

**RAIO X DAS ESCOLAS BRASILEIRAS**

# Ensino integral não alavanca colégios

Estaduais de jornada ampliada tiveram nota somente 1,9% maior do que os colégios regulares; especialistas defendem investimentos extras

Victor Vieira

As escolas estaduais de tempo integral de São Paulo tiveram nota só 1,9% maior do que os colégios regulares da rede no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2015. A jornada ampliada é uma das principais apostas do governo federal para avançar os índices de aprendizagem nessa etapa. Segundo especialistas, o avanço nas notas não é instantâneo, pelas defasagens trazidas das séries anteriores, e a educação integral exige adequações constantes de investimento e estrutura.

A reportagem tabulou os dados do Enem 2015 por escola para fazer esse levantamento. A comparação é feita entre 116 escolas de tempo integral e cerca de 1,1 mil colégios estaduais. A diferença da rede integral nas provas objetivas foi de 9,53 pontos. A jornada ampliada teve média de 501,39 pontos e as escolas estaduais tiveram nota 491,86.

Para fazer o cálculo, foram excluídas escolas técnicas e de aplicação. Para a análise, é preciso considerar também que a rede estadual aparece sub-representada. De cerca de 3,6 mil escolas estaduais com ensino médio, aparece apenas cerca de um terço. Isso acontece, em geral, por causa do baixo interesse dos alunos pela prova. Escolas com menos de 50% de participação não entram no ranking. Como o Estado mostrou em 2015, costumam ficar de fora escolas com piores indicadores.

A Escola Maria Ribeiro Gui-



Dificuldade. A Escola Maria Ribeiro Guimarães Bueno ficou entre as seis piores da rede pública da capital

marães Bueno, na zona sul, é de ensino integral, mas ficou entre as piores públicas da capital. O aluno Adriel Araújo, de 17 anos, afirma que a unidade é melhor que a média, mas ainda precisa adequar-se para atender alunos com grande defasagem, principalmente em Matemática. "A estrutura é boa, mas neste ano tivemos falta de material para laboratório, por exemplo."

**Adequações.** A Secretaria da Educação do Estado informou que a diferença de quase dez pontos é "relevante". Reforça ainda que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é mais adequado para avaliar a rede e mostra o sucesso das escolas de tempo integral. Sobre a escola citada, a pasta diz que há estrutura para aulas eletivas, quadro docente com-

pleto e verba para reparos. O Ministério da Educação (MEC), que prometeu em setembro R\$1,5 bilhão para a criação de mais escolas integrais em todo o País, disse que não foi dito que "apenas o ensino integral é suficiente para melhorar os índices". Segundo o MEC, a proposta de ampliar a jornada está ligada à flexibilização do currículo e à formação docente.

\* **ANÁLISE:** Antonio Augusto Batista

## Aposta passa por currículo e recursos

Mais que a ampliação da jornada, a aposta no ensino integral exige adequação de currículo ao público atendido e investimentos em estrutura e formação docente. Estudos sobre o impacto da educação de tempo integral ainda têm resultados inconclusivos, mas indicam que geralmente há ganhos de aprendizagem. Isso depende da boa implementação do modelo.

Evidentemente, os ganhos de aprendizagem não se devem apenas ao fator tempo. As escolas integrais recebem mais recursos e têm monitoramento melhor e mais assíduo. Também possuem professores mais motivados, com dedicação exclusiva à escola onde atuam, e com maiores salários. Ainda costumam atrair alunos com nível socioeconômico mais alto, cujos recursos culturais propiciam maiores rendimentos na escola.

O plano do Ministério da Educação para resolver o gargalo do ensino médio passa por aumentar a rede de ensino integral, mas é necessário fazer essa ampliação com critérios pedagógicos e apoio técnico. Os recursos prometidos aos Estados pelo governo federal para a criação dessas novas unidades, por exemplo, não são perenes. Um perigo é de a expansão às pressas não ser sustentável no futuro. Outro risco é o de criar educação de qualidade para poucos.

\* É COORDENADOR DE PESQUISAS DO CENPEC

## Campeão de Redação é do Piauí, Estado com mais 3 no 'top 10'

Laboratórios e programa específico fazem a diferença no Instituto São José; Nordeste tem 8 entre os 12 melhores

blemas nas oficinas. As de Redação são feitas três vezes por semana no contraturno das aulas, sempre com os alunos reescrevendo os textos", explicou a professora.

**Resultado.** O aluno Italo Coelho, por exemplo, foi aprovado em três vestibulares e optou pelo curso de Medicina na Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Ele gravou um vídeo para a escola, dizendo que o instituto era "a sua segunda casa". De acordo com Rosimar Coelho, a média de aprovação é de cem alunos por ano somente em universidades públicas. "Não somamos as faculdades particulares. A maioria não pode pagar a mensalidade delas."

Ela observa que a instituição funciona em uma região de baixo nível socioeconômico e tem uma mensalidade que fica em um terço do valor das outras escolas renomadas, como o Dom Barreto e o Santa Maria Goretti.

"Temos uma missão e estamos mudando a realidade. Estamos formando cidadãos. Quem lê bem, escreve bem e interpreta bem. Essas são habilidades importantes para a vida." **LUCIANO COELHO, ESPECIAL PARA O ESTADO**

## Melhor Redação da capital paulista



Tira dúvidas. Convidados ajudam a desenvolver os principais temas para os exames

## VITAL BRAZIL USA AULAS TEMÁTICAS

Colégio da capital ficou em 40º lugar no País

O Colégio Vital Brazil obteve o melhor desempenho em Redação entre as escolas da cidade de São Paulo: 830,7. No Estado, foi o segundo melhor colé-

tegral. Em Língua Portuguesa, por exemplo, são oito aulas semanais. "A ideia é que o aluno não precise fazer cursinho", diz a diretora, Suely Corradini.

Além do reforço no horário, estudantes têm contato com um ambiente de debates e leituras desde o ensino fundamental. Conhecimentos de atualidades são passados de forma interdisciplinar, nas aulas de História e Geografia, por exemplo. Nas aulas de Redação, os alunos precisam ler livros em sala, co-

mo forma de ampliar o repertório pessoal.

Também são dadas aulas temáticas, com convidados. No primeiro trimestre deste ano, por exemplo, a deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP) foi falar sobre acessibilidade. No segundo trimestre, um advogado da Organização das Nações Unidas (ONU) falou sobre a questão dos refugiados. "Damos formas de o aluno ampliar seu repertório o tempo todo", diz o professor de Língua Portuguesa e Redação Tiago Gomes.

**Multimídia.** A estudante Laura Gomes, de 17 anos, aluna do 3º ano do ensino médio, lembra que o colégio utiliza conteúdo multimídia para passar diferentes conhecimentos. "Discutimos temas na aula, assistimos a palestras, ouvimos músicas e também vemos filmes."

Já a estudante Thaisa Gonzalez, de 17 anos e também aluna do 3º ano, que teve a nota máxima em redação no Enem do ano passado, diz que muitos temas são discutidos na sala de aula, preparando os estudantes para praticamente qualquer redação. No ano passado, quando o tema foi a violência contra a mulher, ela disse já ter discutido o assunto em sala. "Neste ano, espero que seja intolerância, um assunto que debatemos muito." **/L.F.T.**

## MEC admite que reforma do ensino médio pode ficar para 2019

Aprovação de nova Base Comum Curricular, essencial para concretizar medidas, deve atrasar mudança

Luísa Martins | BRASILIA

O Ministério da Educação (MEC), que previa a implementação da reforma do ensino médio em 2018, já trabalha com a hipótese de que o novo currículo só passe a valer em 2019 nas escolas brasileiras. A aprova-

ção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), essencial para concretizar as mudanças sugeridas, "é algo que demora", disse a secretária executiva da pasta, Maria Helena Guimarães de Castro. "A reformulação também vai exigir muito de cada Estado."

Evento para divulgar os resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2015 por escola, autoridades do MEC não quiseram comentar a reformulação desta etapa – considerada o gargalo da educação básica no Brasil. Presente no início

dacoletiva, o ministro Mendonça Filho pediu licença logo após a primeira pergunta e se retirou, pois teria de viajar.

A flexibilização do ensino médio, apesar de tomar como base propostas de especialistas e discussões feitas no Senado Federal desde 2013, é alvo de críticas por ter sido feita por meio de medida provisória. A possível exclusão de disciplinas como Artes e Educação Física também causou polêmica, e concentra grande parte das 567 emendas de parlamentares ao texto enviado ao Congresso.

**Inconstitucional.** O texto também já é alvo de duas ações de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal – a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) entrou com uma Adin anteontem. Já a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão enviou ao procurador-geral da República, Rodrigo Janot, documento em que se posiciona pela inconstitucionalidade da medida provisória. O parecer destaca que o tema não era "urgente" e "excepcional" o suficiente para ser definido

via medida provisória, cujo curto prazo de tramitação "prejudica o debate público".

O documento busca dar subsídios ao parecer que Janot apresentará ao Supremo, no âmbito da ação apresentada pelo PSOL. O principal argumento é o fato de a medida entrar, compulsoriamente, na pauta do Congresso, com prazo de 120 dias para ser votada – "tempo inibidor de um debate sério, que convoque os mais diversos atores para apresentar suas perspectivas, suas convicções e seus temores", assina a procu-

radora Deborah Duprat.

A Procuradoria destaca que a reformulação "é uma necessidade real", mas que não deve ser feita sem antes ser objeto de "muita reflexão e debate".

"Bons propósitos podem comprometer seriamente o restante do arcabouço legislativo relativo à Educação", afirma.

\* COLABOROU RAFAEL MORAES MOURA



**NA WEB Vídeos.** Entenda a reforma do ensino médio

estadao.com.br/veideoem